

## ASSESSORIA TÉCNICA EM SAÚDE NA PRODUÇÃO LEITEIRA DE BASE AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO SUL DO BRASIL

NATIELE ISAURA DE ALMEIDA VEECK<sup>1</sup>; TÁSSIA GOMES GUIMARÃES<sup>2</sup>;  
ALESSANDRA JACOMELLI TELES<sup>3</sup>; GIOVANI GIROLOMETTO<sup>4</sup>; LUIZ CARLOS  
PILZ<sup>5</sup>; LUIZ FILIPE DAMÉ SCHUCH<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em Medicina Veterinária UFPel – nativeeck@hotmail.com

<sup>2</sup>Mestranda Programa de Pós Graduação Medicina Veterinária - UFPel – tagogui@gmail.com

<sup>3</sup>Residente em Medicina Veterinária Preventiva Saúde Coletiva - UFPel – ale.teles@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – giovanigiro@gmail.com

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – romanov26@yahoo.com

<sup>6</sup>Prof. Dpto de Veterinária Preventiva, Faculdade de Veterinária - UFPel – lfdschuch@gmail.com

### 1. APRESENTAÇÃO

Num período de três anos (2014-2017) foi realizado um acompanhamento de caráter extensionista em áreas de assentamentos da reforma agrária, no contexto da saúde e qualidade do rebanho leiteiro. Essa ação foi uma das atividades desenvolvidas pelo projeto Assessoria Técnica em Saúde na Produção Leiteira de Base Agroecológica em Assentamentos da Reforma Agrária na Região Sul do Brasil (PSA), que é desenvolvido de forma interinstitucional, com envolvimento da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) juntamente com o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

O projeto tem como objetivo proporcionar assistência técnica na produção de leite com base agroecológica e para atender as necessidades produtivas e sociais das famílias campesinas.

No Rio Grande do Sul, existem 12.436 famílias assentadas em áreas de reforma agrária, distribuídas em 345 projetos de assentamentos (PA's) (INCRA, 2017). Em 2015, conforme indicado no SIGRA, 64,86% das famílias com produção animal, dedicavam-se a produção leiteira, totalizando 6.191 famílias, com produção anual de mais de 100 milhões de litros, existindo naquele ano 30.999 vacas em lactação. Destas famílias, 71,84%, produziam tanto para o autoconsumo, como para o mercado. Ocorre que 46% destas famílias (2.817), encontravam-se na faixa de até 3.000 litros anos e 17% (1.033) na faixa entre 3.000 a 12.000 litros, indicando a baixa produtividade da atividade.

A saúde animal perpassa por enfermidades crônicas dos animais e transmissíveis às pessoas que não podem ser admitidas em um manejo agroecológico. Entre estas, destacam-se a tuberculose e a brucelose que causam importantes prejuízos econômicos ao gado leiteiro. Em especial, na perda de produção dos animais afetados, a perda da gestação no caso da brucelose e morte de animais (PNCEBT, 2006).

A construção de condições sociais e políticas para a execução de um plano de controle dessas enfermidades são chave para a execução com qualidade de atividades de extensão. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi realizar uma análise a respeito das condições sanitárias do leite e ações concretas para resolver os problemas de ordem sanitária e legal, com ênfase nas enfermidades crônicas (tuberculose e brucelose) em assentamento da reforma agrária, a fim de propor um programa de controle que possa beneficiar as famílias assentadas e demais agricultores familiares da área de abrangência do projeto.

## 2. DESENVOLVIMENTO

A ação foi realizada no município de Itacurubi – RS, situado na região das missões do Rio Grande do Sul, com uma população de 3.551 habitantes (IBGE, 2015). Os testes diagnósticos das enfermidades foram feitos no assentamento Conquista da Luta, o qual é composto por 190 famílias (INCRA, 2006). Primeiramente, foi realizada uma reunião com as famílias assentadas que tinham interesse em realizar os testes em seus rebanhos leiteiros. Esse contato foi feito pelo técnico responsável, sendo este também membro deste assentamento.

Nesse momento, 22 famílias optaram em participar do projeto, totalizando 463 bovinos testados para tuberculose e 276 para brucelose. O diagnóstico das enfermidades foi realizado conforme as normas do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose Tuberculose (PNCEBT) e resultou em três animais reagentes para tuberculose. De acordo com o PNCEBT, na ocorrência de animais positivos para uma dessas enfermidades, fica impedido o transito animal naquela UP. Como o assentamento Conquista da Luta era caracterizado pela SEAPI-RS como uma única unidade epidemiológica, o que ocorre numa família afeta as demais. Dessa maneira, todo assentamento ficou impedido fazer qualquer tipo de transação animal para fora do mesmo.

Através de articulações entre a inspetoria veterinária regional das missões juntamente com a coordenação do projeto foi realizado o agrupamento ou individualização das famílias em unidades epidemiológicas, a fim de permitir ações de controle individuais dependendo do grau de risco as enfermidades e dos variados sistemas de produção existentes no assentamento. Com isso, foi possível que as famílias que tinham seu rebanho negativo pudessem transitar seus animais livremente e assim emitir Guia de Transporte Animal (GTA). Nos grupos onde houve animais positivos realizou-se o reteste de todos os animais.

No terceiro momento de testes, concluiu-se então o trabalho, por serem todos bovinos negativos para o diagnóstico das enfermidades.

## 3. RESULTADOS

A Instrução Normativa 62 (2011) da SEAPI regulamenta sobre a sanidade do rebanho bovino leiteiro, estabelecendo um controle rigoroso de brucelose e tuberculose. Assim, as famílias proprietárias dos animais positivos para tuberculose ou brucelose ficam impossibilitadas de vender, comprar ou trocar animais.

Alguns assentamentos da reforma agrária são percebidos pela defesa sanitária como “Unidade Epidemiológica Única”. Isso significa, o que ocorre em uma unidade familiar reflete em todas as famílias que a compõe. Esse foi o caso do assentamento Conquista da Luta. Desta forma, não apenas a família envolvida diretamente, mas todas as que compõem o assentamento ficaram interditadas para entrada e saída de animais, resultando em prejuízo econômico e social importante.

Porém, este projeto de extensão tem como objetivo orientar e auxiliar o assentamento a superar esta questão que envolve a subsistência das famílias, como diz Paulo Freire, “a ação da extensão se dá no domínio humano e não do natural, o que equivale dizer que a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão”.

SCHENINI *et al.* (2006) descreve uma situação em Charqueadas/RS onde ocorreram vários casos de tuberculose bovina, obrigando os assentados a sacrificar 50 animais positivos da enfermidade de forma a conter seu avanço. No

entanto, a problemática levantada é que os vizinhos não teriam o mesmo critério na manutenção da sanidade dos seus rebanhos, o que sugere um perigo no surgimento de novos focos de contaminação.

Como se refere Tomassino: "... é indispensável à geração de práticas integrais universitárias para contribuir humilde e criticamente a construção de uma nova sociedade". Nesse intuito, o projeto visa fazer um diálogo entre a comunidade acadêmica e os assentados da reforma agrária, fazendo uma troca de saberes relacionando prática e teoria, envolvendo os educados das Turmas Especiais de Medicina Veterinária, pois eles têm envolvimento direto com assentamentos e estão em um processo de formação pra que possam contribuir com uma assistência técnica qualificada, multidisciplinar e que tenham um olhar amplo dentro dos assentamentos, qualificando a produção e as relações sociais. As TEMV's - uma já formada e duas em andamento - são turmas de veterinária destinadas a pessoas que tenham vínculo com a reforma agrária, é uma parceria entre a UFPEL, INCRA, PRONERA (Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Esta atividade proporcionou conhecer e vivenciar uma realidade de contato direto com famílias camponesas, com características semelhantes as da nossa base. No entanto, "estávamos do outro lado", do lado acadêmico extensionista, onde conversamos e debatemos assuntos de igual para igual, com a liberdade natural de estarmos na mesma condição social, de assentados. Contudo, estávamos promovendo o conhecimento, de educação sanitária, saúde e condições sócias da situação que ali estava montada.

#### 4. AVALIAÇÃO

A atividade desenvolvida neste assentamento teve como prática da universidade chegar à sociedade, contribuindo com as demandas de trabalho que estavam reprimidas por falta das circunstâncias objetivas para resolvê-las. No caso descrito, a contribuição foi específica para melhoramento das condições sanitárias da produção animal, além da reordenação sanitária do grupo de famílias que compõem o assentamento junto à SEAPI, permitindo novas ações sanitárias de acordo com o interesse e a característica produtiva de cada família.

Esta experiência nos permite perceber a importância da extensão rural como forma de troca de conhecimentos, mas, sobretudo social, em que a utilização da técnica cria meios para que a comunidade envolvida consiga resolver questões como a que foi apresentada, de produção, saúde, comércio e tantos problemas que possam aparecer no caminho de qualquer camponês que sempre ficaram a margem da história enquanto que os mais apossados permanecem em vantagem.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Instrução Normativa Nº 62**. Brasília 29 de Dezembro de 2011. Disponível em <<http://www.piracanjuba.com.br/arquivos/in62.pdf>>. Acesso em 26 de junho de 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Manual Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal**. Brasília 2006. Disponível em <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Aniamal/programa%20nacional%20s](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/programa%20nacional%20s)>

anidade%20brucelose/Manual%20do%20PNCEBT%20-%20Original.pdf>. Acesso em 5 de julho de 2017.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.

IBGE. **Cidades/ Rio Grande do Sul / Itacurubi.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431055&search=riogrande-do-sul|itacurubi|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 2 de julho de 2017.

INCRA. **Itacurubi (RS) recebe assentados em clima de festa.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Brasília, 15 dez. 2006. Disponível em <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-deimprensa/noticias/7099-itacurubi-rs-recebe-assentados-em-clima-de-festa>>. Acesso em 29 de junho de 2017.

INCRA. **Painel dos assentamentos.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Brasília, 2016. Disponível em <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em 5 de julho de 2017.

SCHENINI, P. C., PINHEIRO, A. M., ZANELLA, L. C. H., SILVA, F. A., COSTA, A. M. Cooperativas de produção agropecuária do MST: possibilidades e limites como indutora da sustentabilidade dos assentamentos. In: **XLIV CONGRESSO DA SOBER “QUESTÕES AGRÁRIAS, EDUCAÇÃO NO CAMPO E DESENVOLVIMENTO”,** Fortaleza, 2006. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.

SIGRA. **Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES RS**, 2015. Porto Alegre, 2016, p.33 e 35.

TOMMASINO, H. Sustentabilidad rural: desacuerdos y controvérsias. In: Foladori. G., Pierri.N. **¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable.** 1ºed. México. Universidad Autónoma de Zacatecas, 2005. Cap. 4, p. 137-161.